

JOSÉ PIMENTEL DE CASTRO COELHO

PROFESSOR ASSOCIADO COM AGREGAÇÃO DO INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

ANTÓNIO CIPRIANO PINHEIRO

PROFESSOR EMÉRITO DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Os sistemas agro-silvo-pastoris

**As condições ecológicas
prevalentes num dado local,
e em particular o seu
ambiente físico, são um fator
determinante da aptidão e
vocação agrícola do mesmo.**

A principal restrição climática atuante no território de Portugal Continental prende-se com a natureza do chamado Clima Mediterrânico, no qual, invariavelmente, ocorrem um período excessivamente húmido (final do outono e inverno) e um outro excessivamente seco (final da primavera e verão). Os excessos de humidade conduzem a situações de encharcamento prolongado, que deprimem a produção das plantas, via asfixia radicular, à lavagem dos nutrientes, assim como, aumentam o risco de erosão, particularmente em situações de declives mais acentuados. Os excessos de secura limitam drasticamente a produtividade primária (vegetal) e, por conseguinte, a produtividade secundária (animal, por falta de alimento).

Daqui, facilmente se depreende que o nosso clima é pouco propício ao desenvolvimento e crescimento vegetal, pois, no inverno, quando a radiação incidente e as temperaturas são menores, frequentemente ocorrem excessos de água e, na primavera e verão, quando as temperaturas e a radiação incidente são maiores e mais propícias ao desenvolvimento das plantas, não chove.

Portanto, as culturas de verão (como tomate, milho, arroz, girassol e outras) só são viáveis onde é possível regar, o que vai aumentar, significativamente, o custo de produção.

Do ponto de vista litológico também não temos condições favoráveis, dado que cerca de três quartos do nosso território são constituídos por rochas ígneas ou metamórficas ácidas, rochas em que os minerais constituintes são pobres em cálcio e outros nutrientes importantes para o crescimento das plantas. Para agravar ainda mais o problema, no âmbito pedológico (solos), constata-se outros dois grandes problemas da nossa agricultura (para além da acidez) que são o baixo teor de matéria orgânica e a erosão do solo (reduzida espessura efetiva), ambos essencialmente derivados de um excesso de mobilização do solo.

Assim sendo, para a maior parte das culturas, os nossos solos são pobres e, por conseguinte, o desenvolvimento das plantas exige fertilização/adubação o que vai, também, encarecer a produção, diminuindo, ainda mais, a sua competitividade.

Do que atrás fica dito, pode concluir-se que as nossas condições edafo-climáticas não são propícias ao desenvolvimento de muitos sistemas de produção.

Os sistemas agro-silvo-pastoris como a melhor solução para a preservação de vastas zonas do território nacional

Perante o contexto ambiental acima descrito, não é, pois, de admirar que cerca de 48% da superfície agrícola útil (SAU) portuguesa seja ocupada por culturas de fraca produtividade e exportação (quer material quer energética) como são os prados e as pastagens permanentes (figura 1).

Se sobrepusermos a esta ocupação cultural a distribuição

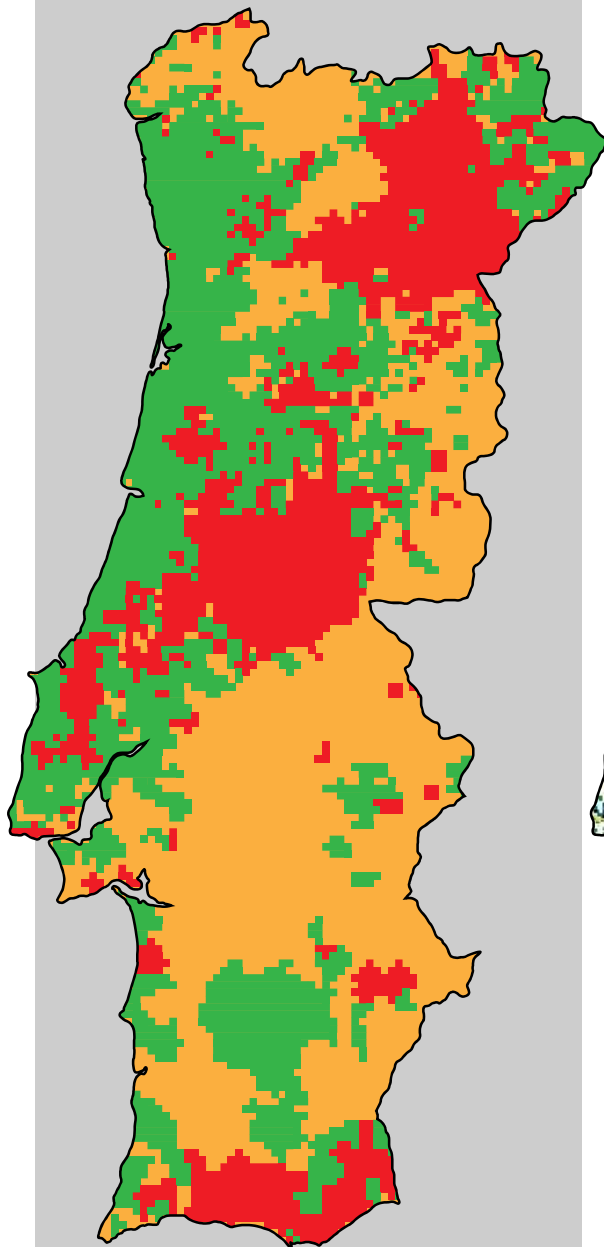
espacial das principais espécies florestais existentes em Portugal (figura 2), ficamos com um retrato muito nítido da importância que os sistemas agro-silvo-pastoris têm no nosso país.

Em grande parte do nosso território interior, face às restrições ambientais aí prevaletentes, os sistemas agro-silvo-pastoris são a melhor alternativa agrícola possível (quando não mesmo a única, económica, social e ambientalmente viável). Com a adoção destes sistemas, atacamos o cerne da questão em termos de erosão (eliminamos, ou reduzimos ao mínimo, a mobilização do solo) e de matéria orgânica (os animais em pastoreio, via dejetos, reciclam e restituem boa parte da fertilidade ao solo).

Para além do rendimento económico que proporcionam e do trabalho que fixam (contribuindo, assim, para a redução de problemas de exclusão social, êxodo e desertificação humana do meio rural e desequilíbrios regionais), estes sistemas têm outras componentes (externalidades positivas) muito relevantes, como a biodiversidade ou os serviços ambientais dos ecossistemas. Por exemplo, o sequestro do carbono nestes sistemas (uma pastagem natural captura/sequestra, no mínimo, cerca de cinco toneladas de CO₂ equivalente, por hectare, e por ano) ajuda a mitigar as emissões dos gases com efeitos de estufa (GEE) e o pastoreio dos animais é, provavelmente, a medida mais eficaz para a prevenção dos incêndios e para a reciclagem dos nutrientes. No nosso contexto ambiental, e em face das alterações climáticas futuras que se perspetivam (como o esperado aumento da temperatura e a redução da precipitação), deveríamos, não só, conservar como, mesmo, incentivar e apoiar o desenvolvimento destes sistemas, dada a sua enorme capacidade de recuperação face a estímulos/agressões externos (capacidade de resiliência).

A pecuária em geral, e a extensiva em particular, desempenha um papel vital na segurança alimentar

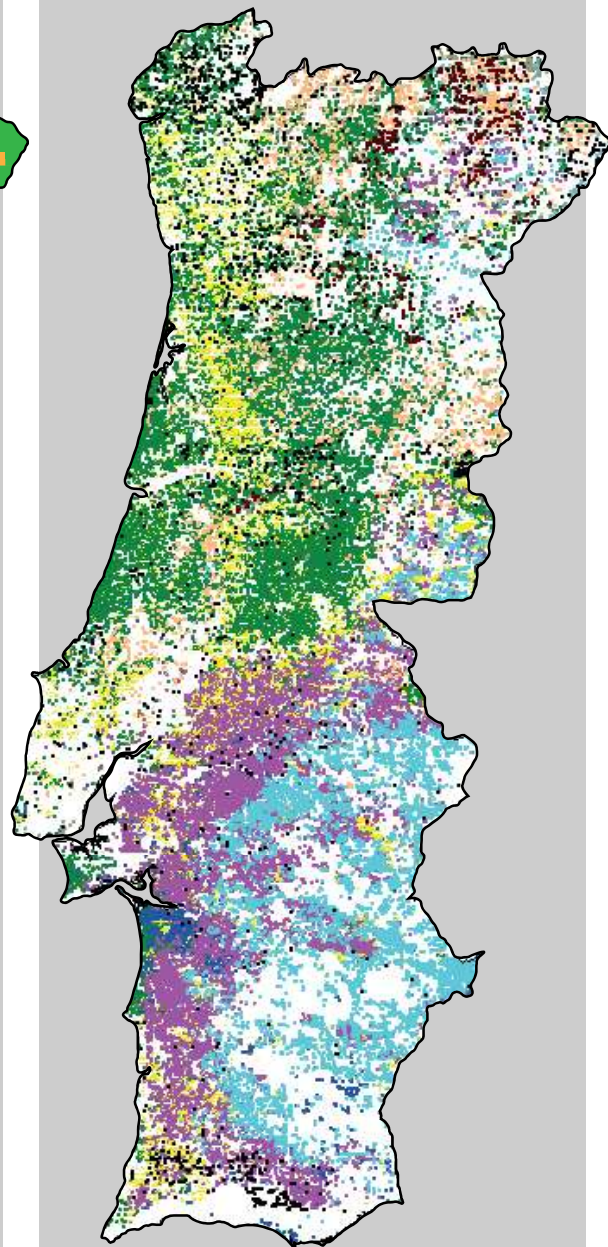
Figura 1
 OCUPAÇÃO CULTURAL PREDOMINANTE
 NA SAU



● Culturas temporárias ● Culturas permanentes
 ● Prados e pastagens permanentes

Fonte: INE, 2009

Figura 2
 DISTRIBUIÇÃO DAS PRINCIPAIS
 ESPÉCIES FLORESTAIS EM PORTUGAL



● Azinheira ● Castanheiro ● Eucalipto ● Outras folhosas
 ● Outras resinosas ● Outros Quercus ● Pinheiro Bravo
 ● Pinheiro Manso ● Sobreiro

Fonte: ICFN

global. Os animais, principalmente os ruminantes como as vacas, ovelhas e cabras comem materiais não comestíveis nem digeríveis para o ser humano, tais como erva, forragens e, até, arbustos e árvores. Segundo a FAO, menos de um quarto da terra disponível no mundo é usada para o cultivo de espécies e produtos diretamente consumíveis pelo homem; a restante é pastagem! Porquê? Simplesmente, porque nessas partes do mundo, onde as colheitas fracassam frequentemente em condições de seca (como sucede em Portugal), os sistemas agro-silvo-pastoris são a única fonte confiável de obtenção de proteína de boa qualidade.

Medidas de apoio à preservação e alavancagem destes sistemas

Como já referimos, a verdade é que estes sistemas encerram enormes benefícios potenciais, uma vez que deles se poderão esperar contribuições muito positivas para a retenção de água nos solos em zonas com elevado índice de aridez, o combate às perdas de biodiversidade e aos incêndios pela redução dos riscos de abandono e o aumento da coesão económica e social das zonas rurais sem alternativas a este tipo de atividades económicas.

Por um lado, para que o Interior e o mundo rural português retenham as pessoas é preciso criar mais oportunidades e dinamismos económicos, discriminando positivamente os investimentos aí efetuados, e melhor acesso a serviços que sustentem a qualidade de vida das populações. Em vastas áreas do território nacional a agricultura é a atividade económica mais expressiva e os sistemas agro-silvo-pastoris são a sua aptidão preferencial e dominante. Por outro lado, há hoje evidência científica que demonstra os benefícios ambientais e sociais da atividade agrícola no combate à desertificação, ao despovoamento rural e à promoção da biodiversidade nos nossos ecossistemas. Estão comprovadas as mais-valias do pastoreio e das pastagens, na prevenção contra incêndios, no enriquecimento do solo

em matéria orgânica, no seu contributo objetivo para o sequestro de carbono e para as metas da neutralidade carbónica. Como se vê, estes sistemas são multifuncionais, isto é, produzem, simultaneamente vários produtos (carne, leite, madeira, cortiça e outros) e serviços (biodiversidade, sequestro de carbono, proteção contra a erosão, redução da probabilidade de incêndios, paisagens únicas e bucólicas, etc.), alguns dos quais são, claramente, externalidades positivas.

Assim, para que estes sistemas de produção sejam economicamente sustentáveis, a sociedade tem de compensar os agricultores, quer por meio de apoios (a PAC-Política Agrícola Comum, já contempla alguns, mas pode e deve ser alargada neste domínio), quer pelos preços dos produtos neles produzidos (a denominação de produtos de origem determinada e/ou protegida pode e deve ser aplicada, ampliada e valorizada), quer remunerando pelos benefícios sociais e ambientais que produzem.

Presentemente, uma das maiores fontes de rendimento destes sistemas provêm da produção de carne. Por isso, somos de opinião de que é necessário promover uma intensificação sustentável da produção animal extensiva, ou seja, aumentar a eficiência da produção de produtos animais de elevada qualidade nutricional, aumentando o rendimento empresarial, com elevados padrões de bem-estar animal, e impactos ambientais mínimos. Uma maior eficiência implica a utilização dos animais e das pastagens que melhor se adaptam ao ecossistema e garante o tripé da sustentabilidade: económico, social e ambiental.

Assim sendo, e com este propósito, sugerimos, entre outras, as seguintes medidas a tomar no curto prazo:

- Promover o aumento do peso dos alimentos frescos (nomeadamente da carne de vaca) provenientes de cadeias de comercialização de curta distância. Portugal é um importador de carne de vaca (mais de

60% do nosso consumo total), o que quer dizer que essa carne tem uma pegada de carbono extra muito significativa no transporte até chegar a Portugal (sobretudo, se vindo do outro lado do oceano atlântico).

- Promover a contratualização de compras de produtos provenientes de produtores situados em regiões desfavorecidas e cuja atividade contribui para a fixação e atração de pessoas, a gestão de combustíveis, a prevenção de fogos e a conservação da diversidade biológica. A atribuição de um prémio de preço em função da comprovada origem do produto, o que, face ao atual acréscimo da sensibilidade e consciência social nestas matérias, não nos parece ser difícil de explicar e alcançar em termos de uma política inteligente e eficaz de comunicação e *marketing*.
- Apoiar, de forma decidida e economicamente relevante, a manutenção ou a instalação de pastagens permanentes melhoradoras do tipo bio diverso, cuja adequada gestão e manutenção irá, potencialmente, permitir um aumento gradual do teor de matéria orgânica com as consequências positivas daí resultantes para o aumento da sua capacidade de retenção de água e para o sequestro de CO₂.
- Educar comportamentos alimentares (ao invés de os denegrir, ou reprimir), desenvolvendo campanhas nacionais de informação ao consumidor sobre a vantagem do consumo de carne de bovinos, ovinos e caprinos, com origem em sistemas extensivos nacionais, baseados em raças autóctones, alimentadas em pastagens permanentes e melhoradoras de tipo bio diverso.
- A adoção e generalização deste tipo de medidas poderia vir a constituir um incentivo para que o Governo português viesse a alterar o atual sistema de

apoios à pecuária nacional, de modo a que este setor se viesse a orientar para os objetivos ambientais e socioeconómicos visados no contexto quer do Acordo de Paris quer dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da ONU.

Para pôr em prática estas medidas, vemos com alguma apreensão a nova orgânica ministerial escolhida pelo atual Governo, que separa a agricultura das florestas, sabendo-se que, em muitas situações, a gestão dos fundos e a capacidade de articulação entre agricultura e floresta são fundamentais para a continuidade de muitos sistemas florestais e agrícolas. A separação ministerial escolhida (cremos acreditar que por boas razões, mas que ainda não somos capazes de as descortinar) retira, não só, poder negocial, como diminui as competências e sinergias do complexo agroflorestal, fundamentais para que este setor desempenhe o importante papel que lhe cabe na ocupação humana e na dinamização económica de vastas zonas (sobretudo, as mais desfavorecidas) do nosso território.

Esperemos que, apesar da separação, os objetivos dos ministérios se conciliem e que o governo português saiba “jogar os seus trunfos”, com eficácia e eficiência, na revisão/discussão da futura PAC, para o horizonte de 2021-2027, que constitui uma enorme janela de oportunidade para o desenvolvimento dos sistemas agro-silvo-pastoris. *

josecoelho@isa.ulisboa.pt

acap@uevora.pt